

ZPE passa a ser prioridade da bancada federal

AJ 22 305

Brasília (Sucursal) – Recuperar a concessão federal que garante ao Espírito Santo uma ZPE – Zona de Processamento de Exportação – passou a ser uma prioridade da bancada federal capixaba, conforme afirmou o deputado Nilton Baiano (PMDB), coordenador da bancada. Na próxima terça-feira à noite, a bancada se reúne na Câmara Federal para tratar do assunto, e quarta-feira tem audiência com o vice-presidente Marco Maciel.

De acordo com Baiano, a ZPE é tão importante para o Espírito Santo – que possui o maior complexo portuário do país – quanto as obras de duplicação da BR 262 em Cariacica e a conclusão da 2ª ponte de Colatina. Essas têm sido as duas prioridades da bancada. “Agora vamos incluir nesta lista de prioridades a ZPE. Temos que criar condições políticas para pressionar o Governo a renovar a concessão”, afirmou.

Baiano, no entanto, fez críticas à atuação do Governo estadual. Para ele, o governador deveria estar acompanhando o caso de perto: “Agora, não resolve procurar culpados. Temos que correr atrás do prejuízo”, concluiu. Já o líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL), reclama que o governador Vitor Buaziz (PT) não lhe fez qualquer comunicado sobre o cancelamento da concessão, mas se dispõe a acompanhar o governador na audiência da próxima quarta-feira com o vice-presidente Marco Maciel. “Continuo empenhado em ajudar meu Estado”, disse.

Confiança

O deputado Theodorico Ferraço (PTB), que esta semana esteve com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, acha que o Espírito Santo não terá dificuldades para obter a sua ZPE. E diz que já entrou em entendimento com o governador Vitor Buaziz para que o Governo envie ao Ministério da Indústria e Comércio um novo pedido de realocização.

– Pedi apoio ao presidente e ao ministro porque essa decisão do Governo é uma cassação de um direito obtido pelo Espírito Santo. Existem 17 Estados contemplados com ZPEs. Maranhão e Sergipe passaram pelo mesmo problema que o Espírito Santo e tiveram seus pleitos atendidos, sendo que Sergipe teve seu pedido de realocização aceito por duas vezes. Porque não para o nosso Estado?” questionou.

O deputado disse ainda que sendo

aceito o pedido do governador, ele deverá paralisar a tramitação de projeto de lei de sua autoria que tenta garantir a ZPE para o Espírito Santo, pois considera essa alternativa mais lenta. “Basta o presidente editar um novo decreto, a partir da aprovação do pedido do Governo pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportações”, completou.

O Conselho das ZPEs informou ao Governo estadual, no início do mês passado, que a concessão havia perdido a validade. O governador Vitor Buaziz considerou a medida discriminatória e enviou carta ao presidente da República em 16 de novembro. Na carta, o governador informa que a primeira solicitação

de mudança de área da ZPE capixaba foi encaminhada ao Governo federal em 16 de dezembro de 1994.

Buaziz pede a FHC que revise a decisão tomada pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, afirmando considerar “inaceitável a proibição de implementar esse projeto sem a apresentação de uma justificativa minimamente coerente e convincente”.

A ZPE capixaba, caso seja de fato autorizada pelo Governo federal, deverá gerar cerca de 15 mil empregos no Estado, sendo cinco mil diretos. Está prevista para funcionar no município de Vila Velha.

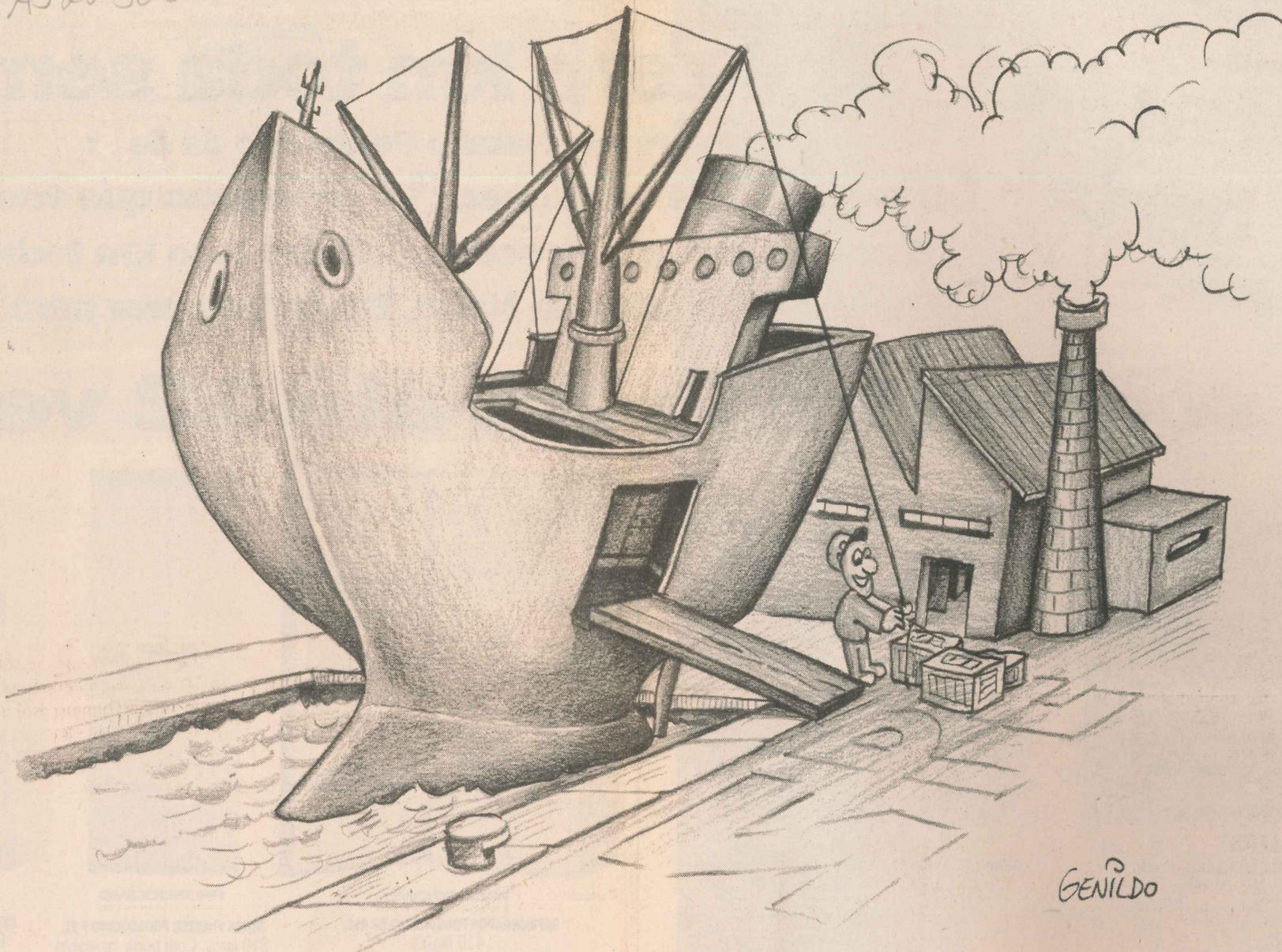
Líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL) continua aborreci-

do com o Governo estadual em função de perda da concessão da ZPE. Para ele, todo o trabalho desenvolvido em favor do Estado – e que teve início à época em que ele era ministro da Indústria, Comércio e Turismo – foi perdido: “Quem comanda esse processo é o governador. Até o momento, não recebi qualquer comunicado dele”, reclamou.

O senador acha que o governador não deu a atenção que o caso requer e estende suas críticas também ao ex-governador Albuíno Azeredo e ao prefeito de Vila Velha, Vasco Alves. Para o senador, todos são responsáveis pela perda da concessão: “Eu já expressei minha posição sobre esse assunto aqui mesmo em

A GAZETA. Agora, continuo disposto a ajudar meu Estado, mas quero que tratam desse problema com responsabilidade”, conclui.

Já o deputado Theodorico Ferraço (PTB) sai em defesa do Governo explicando que foi a indecisão sobre se a ZPE deveria ir para Vila Velha ou outro município que atrasou o processo e fez o Governo perder o prazo. “Por que a ministra Dorotheia não avisou ao senador, líder do Governo, sobre o fim do prazo? O Governo simplesmente cancelou a concessão sem qualquer aviso. Por que não avisaram ao Governo estadual? Elcio tem o mérito de ser o pai da ZPE, mas discordo que a culpa seja do Governo capixaba”, disse.



GENILDO

Estado não vai financiar obras

Apesar do empenho em recuperar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Vila Velha, o Governo do Estado não investirá recursos próprios no projeto, segundo afirmou o governador Vitor Buaziz. Na opinião dele, as obras de infra-estrutura devem ser bancadas pela iniciativa privada, por se tratar de um projeto voltado exclusivamente para a área empresarial, além do fato de o setor público não dispor de recursos.

Vitor salientou que a prioridade de sua administração para Vila Velha é viabilizar a construção de um hospital. Além da ação política para reaver o projeto, o máximo que fará pela ZPE, caso o Governo federal recue e conceda novo prazo de implantação, será a doação de um terreno, o que dará ao Estado o direito de participar, como acionista, da empresa responsável pela administração do empreendimento.

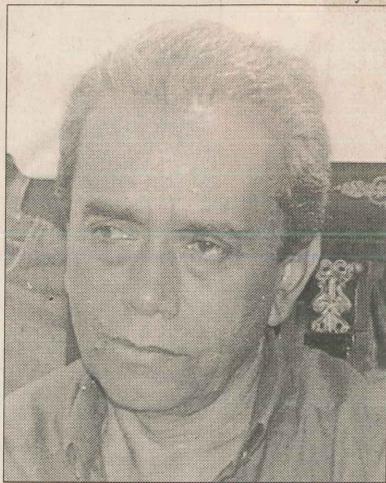
Relocização

No entendimento do governador, o que prejudicou a implantação da ZPE no Estado foi a iniciativa de seu antecessor, Albuíno Azeredo, de, “no apagar das luzes” do Governo, pedir a realocização do projeto para o município da Serra. “Se ela tivesse permanecido em Vila Velha, até o encerramento do prazo de 12 meses, em abril último, as obras teriam iniciado e o Estado não perderia o benefício”.

Apesar da crítica, Vitor entende que o momento não é de “identificar culpados”, mas de unir esforços para recuperar o projeto. A ZPE, segundo disse, vai beneficiar a economia de toda a Grande Vitória e que por este motivo não adianta um município “passar a perna” no outro, na disputa pelo empreendimento.

Motta culpa Vitor por perda

Foto de Gildo Loyola



Motta: interferência na localização

O prefeito da Serra, João Batista da Motta, creditou ao governador Vitor Buaiz a responsabilidade pela perda da ZPE. "Foi um grande erro pedir a transferência do projeto da Serra para Vila Velha. Naquele momento, informei ao governador que estávamos perdendo a concessão federal".

Motta salientou que a ZPE capixaba começou de maneira errada, quando foi designada para Vila Velha. "O Governo do Estado não deveria interferir na localização do projeto. Os empresários, a quem cabe investir na implantação da zona, é que deveriam definir o local".

De acordo com o prefeito, o ex-governador Albuíno Azeredo entendeu o erro cometido e por este motivo, a cinco dias do término de seu mandato, pediu a transferência para a Serra, que é onde a ZPE apresenta as melhores condições de prosperar. A localização, segundo Motta, abriria um novo prazo de implantação.

Para ele, Vitor agiu "intempestivamente" ao exigir que a ZPE voltasse para Vila Velha. "Alí ela é impraticável. O terreno que o Estado oferece tem apenas 600 mil metros quadrados de área e necessita ainda de acesso ferroviário e rodoviário, que são obras caríssimas, o que só desestimula os investidores".

O prefeito afirmou que o projeto na Serra teria um custo menor, porque o município conta com áreas maiores, cortadas pelas rodovias BR-101 e BR-262 e pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Além dos acessos, a área dispõe de mais de um milhão de metros quadrados, de telefone, água e energia.

Motta admitiu que ficou desestimulado com a decisão e por este motivo não tem comparecido às reuniões convocadas pelo governador para discutir a estratégia política de recuperação do projeto.

Hartung pede apoio a ministro

Foto de Helô Sant'Ana



Hartung: contatos com ministérios

Na tentativa de recuperar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Vila Velha, suspensa desde o último dia 7 de novembro, porque as obras não foram iniciadas dentro do prazo, o prefeito de Vitória, Paulo Hartung, está recorrendo ao ministro do Planejamento, José Serra, de quem é amigo pessoal. Também estão sendo contatados pelo prefeito a ministra da Indústria, Comércio e Turismo, Dorothea Werneck, e o secretário de Acompanhamento Econômico, Luiz Paulo Vellozo Lucas.

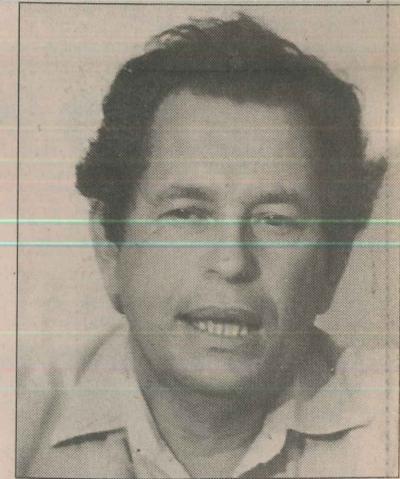
Para Hartung, Vellozo Lucas, por já ter participado da equipe da ministra, pode ser uma peça importante, dentro do Governo federal, na luta desenvolvida pelas li-

deranças políticas estaduais visando à retomada da concessão para a implantação da zona fiscal. O contato com Serra ocorreu recentemente em Brasília. "Almoçamos juntos e, na ocasião, pedi a ele apoio à nossa causa".

Apesar da ZPE estar prevista para outro município, Hartung disse que ela influenciará na economia de toda a Grande Vitória. Em função disso, decidiu acatar o pedido do governador Vitor Buaiz e ajudar o Estado a reaver a autorização para a implantação do projeto. Para o prefeito, é importante que todas as lideranças atuem unidas, porque as divergências neste momento apenas criarão mais obstáculos à vinda da ZPE para o Espírito Santo.

Vasco aponta complô contra município

Foto de Gildo Loyola



Vasco: área como pretexto político

A tentativa da administração anterior de transferir a ZPE para a Serra, na avaliação do prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, escondia "interesses inconfessáveis". "Houve um complô contra Vila Velha, em benefício da família Larica, detentora de grandes áreas de terra no município serrano", afirmou Vasco Alves.

No intuito de tirar a zona fiscal de Vila Velha, os técnicos da extinta Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedes), segundo ele, usaram o argumento de que a dimensão da área não era compatível com o que estava previsto no projeto da ZPE. "Este argumento era falso, como bem mostraram os técnicos do atual Governo. Não há nada na lei que condiciona a implantação à extensão do terreno".

Vasco admitiu que está otimista quanto à recuperação da ZPE, devido à união da maioria das lideranças políticas. "Com o apoio da bancada federal teremos novamente autorização para implantar o empreendimento", frisou. Para ele, Vitor não é culpado pelo suspensão do projeto, mas sim o Governo anterior, por querer levá-la para a Serra. "Qualquer discussão sobre isso é pretexto político".

O que impediu a implantação da

ZPE dentro do prazo, na visão de Vasco, foi o equívoco cometido pelo Governo federal, de assinar decreto para a implantação da ZPE em um terreno que não era do Estado. A área foi desapropriada mas não paga, o que impossibilitou a construção das obras. O problema foi corrigido pelo atual governador, que reservou área da Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin), próxima à anterior, para abrigar a ZPE, caso consiga novo prazo do Governo federal.

Início das obras foi retardado

Fora as disputas políticas e a não-desapropriação efetiva da área por parte do Estado, a ZPE capixaba não deslanchou por falta de investidores. A avaliação é do ex-assessor especial da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes) e atual diretor superintendente da Coimex Armazéns Gerais, Guilherme César Sarcinelli. "As obras não foram iniciadas dentro do prazo, conforme exige a lei, e por isso a autorização foi cassada", afirmou.

Para Sarcinelli, a união das lideranças políticas em torno da recuperação da ZPE é válida, porque o projeto é importante para a economia regional. Mas acha que de nada adianta ter de volta a licença se não surgirem empresas interessadas em investir na preparação da área. "Será mais fácil reaver a ZPE mostrando ao Governo que existem empresários querendo bancar o empreendimento".

O ex-assessor da Sedes revelou que quando faltavam cinco dias para o encerramento do prazo, a Construtora Andrade Gutierrez mostrou disposição de investir no projeto, oferecendo uma área na Serra, de propriedade da família Larica. "Mas como houve oposição do prefeito e de outras lideranças de Vila Velha, a idéia não avançou".

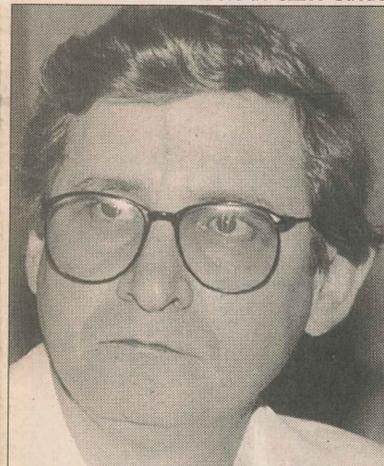
O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fides), José Bráulio Bassini, disse que a desistência da Andrade Gutierrez se deve à falta de continuidade nas ações voltadas para a implantação do projeto. "A empresa acabou por investir na construção de um terminal intermodal". O terminal, denominado Tims, fica localizada no entorno da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), na Serra.

O dirigente revelou que além da construtora, não teve, ao longo dos últimos dois anos, conhecimento de nenhuma outra empresa interessada em bancar a infra-estrutura da zona de exportação. "É preciso que haja estímulos do Estado. Só depois de reaver a licença, definir o local e estabelecer as condições é que ele poderá contar com o apoio do empresariado", revelou.

Apesar de a Coimex participar acionariamente da empresa administradora da ZPE, Sarcinelli disse que ela não pretende investir na infra-estrutura. A empresa, segundo disse, preferiu investir na construção de uma Estação Aduaneira de Interior (Eadi), em Cariacica. O próximo projeto é a implantação de um porto, em Vila Velha, em parceria com a empresa Nativa Engenharia.

Caliman já foi contra projeto

Foto de Chico Guedes



Caliman: efeito novo para economia

Quando o projeto para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) começou a ser formulado pelo Governo do Estado, o professor do curso de Economia da Ufes Orlando Caliman fez duras críticas a esse sistema de assentamento de empresas dentro de uma área alfandegada. Na ocasião, entre agosto de 1992 e outubro de 1993, chegou a redigir e assinar dois artigos na página Opinião de A GAZETA, justificando sua posição contrária. Agora, na presidência do Bandes, um banco que visa ao desenvolvimento regional, Caliman tem uma posição oposta e defende a ZPE.

A sua explicação para a mudança de opinião está no fato de que, quando o projeto começou a ser formulado, este tinha uma abertura muito ampla. O seu temor era que os empreendimentos já instalados na economia capixaba, e que se encontravam no início da cadeia produtiva, fossem se instalar na ZPE. Atualmente, Caliman disse que não existe mais esse risco, uma vez que a ZPE de Vila Velha tem como meta a atração de empreendimentos modernos, que não existem na economia local. Dessa forma, garante que a ZPE trará a contribuição de dinamizar os setores industrial, comercial e de serviços do Estado.

Caliman disse que a tendência inicial do projeto para a ZPE sinali-

zava para a possibilidade de empresas, já instaladas no Espírito Santo, irem para a aquela área especial. Como exemplo, cita o caso de indústrias de beneficiamento de mármore e granito, café e soja, além daquelas especializadas na exportação de frutas, e que poderiam ir para a ZPE e usufruir do benefício de isenção de tributos. O presidente garante que a sua visão favorável à ZPE veio com a constatação de que o empreendimento acabou sendo direcionado para a captação de indústrias, com exigência de alto grau de modernização tecnológica.

Outros Estados mudaram a localização

O presidente da Associação Brasileira das Administradoras das ZPEs (Abrazpe), Helson Braga, disse que estão sendo concluídas as obras de infra-estrutura básica de quatro Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) no país. A partir do início do próximo ano, ele informa que estará sendo iniciado o processo de implantação de mais cinco ZPEs. Como responsável pela coordenação das 18 áreas autorizadas no país para as ZPEs - incluindo a capixaba - diz que a eliminação da autorização federal somente ocorreu com o Espírito Santo. "Três outros Estados tiveram do Governo federal mudança de área, sendo que em Sergipe isso ocorreu por duas vezes".

Braga fala com a experiência de quem opinou oficialmente na criação de todas as ZPEs brasileiras, principalmente quando ocupava, até o final do Governo Itamar Franco, o cargo de secretário executivo do Conselho Nacional das ZPEs (CNZPE). Agora, está à frente da Abrazpe, uma entidade com sede no Rio de Janeiro, e que tem como associadas as empresas privadas instituídas com o objetivo de administrar as ZPEs. Braga diz que as ZPEs com fase final de obras são as de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Tocantins. Entre as 18, Braga garante que a ZPE de Vila Velha apresenta o melhor potencial.

"É uma opinião das Nações Unidas, que mandou dois técnicos aqui. A impressão deles era a de que entre todos os locais visitados no país, era a ZPE do Espírito Santo que apresentava as melhores condições de sucesso. Definitivamente, não há como o Estado perder essa oportunidade". O presidente da Abrazpe justifica o otimismo dizendo que é a localização da ZPE próximo ao complexo portuário e ao Corredor de Transporte Centroleste que mais atrai a atenção dos investidores. Para Braga, o argumento de caducidade que foi utilizado pelo CNZPE não cabe na situação capixaba.

Ele disse que a retirada da concessão não seguiu os princípios básicos do Direito Constitucional, que exige, antes de se tirar benefícios concedidos anteriormente, "um amplo processo de defesa". É exatamente a indefinição com a autorização do Estado vir a ter a sua ZPE que dificulta a vinda de investidores externos, prossegue o presidente da Abrazpe. "É evidente que nenhuma empresa contemple, concretamente, a possibilidade de se instalar em uma ZPE, enquanto estamos ainda em uma fase preliminar, como a realização de estudos e formalização jurídica da administradora".

Reportagem de Marcos Rosetti, de Brasília, José Antônio Sarcinelli e Walter Conde